

AO

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR

PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2014

OBJETO: VISA À AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS, CAMARAS DE AR NOVAS E PROTETORES NOVOS PARA A FROTA DE VEICULOS E MÁQUINAS DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

PROTOCOLADO Nº

9274134

Em

19/09/14 h: 15:48

FUNCIONÁRIO

RODA BRASIL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 06.889.977/0001-98, sediada na Rua Tancredo de Almeida Neves, 5056, Bairro São Cristóvão, Concórdia/SC, por seu representante legal firmatário, vem, à presença de V.S.^a, com fulcro, no art. 41, § 1º, da Lei 8.666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores, tempestivamente.

IMPUGNAR

O texto do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2014, aprazado para às 17:30hs do dia 24 de Setembro de 2014, visando à AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS, CAMARAS DE AR NOVAS E PROTETORES NOVOS PARA A FROTA DE VEICULOS E MÁQUINAS DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por conter **exigência ilegal** e restritiva à participação dos interessados no processo licitatório promovido por esta Administração, isso pelos relevantes motivos de fato e razões de Direito a seguir aduzidos:

1 - ESCLARECIMENTOS INICIAIS

A IMPUGNANTE é empresa nacional, regularmente constituída, devidamente qualificada e tecnicamente apta para licitar e contratar com a administração pública em geral. Atua no comércio atacadista e varejista de pneus, câmaras de ar e protetores para câmaras de

ar, de diversos modelos e aplicações. No que se refere aos pneus, câmaras e protetores de câmaras de ar comercializa marcas de *importação regular*.

É tradicional importadora de manufaturados de borracha da marca BBW, assim como igualmente importa e comercializa produtos, dentre outras, das marcas LINGLONG, WESTLAKE, GOODRIDE, ADERENZA, ROTALLA, DURABLE, SAILUN e BBW. Os produtos por ela comercializados, especialmente no que se refere aos pneus e câmaras de ar, são identificados com selo de controle de qualidade e devidamente certificados, atendendo integralmente as normas técnicas brasileiras vigentes, emanadas do competente órgão fiscalizador e certificador, tais como o Regulamento Técnico RTQ 41, com avaliação do IQA – Instituto de Qualidade Automotiva, a Portaria INMETRO nº 5, de 14 de janeiro de 2000 e a Norma INMETRO nº NIEDQUAL-044, de julho de 2000.

2 – DOS FATOS E DO DIREITO

Insurge-se a IMPUGNANTE por trata-se de licitação pública que visa à aquisição de pneus e câmaras de ar para a Prefeitura Coronel Vivida/PR, cujo edital estabelece *ilegalmente e falhas* as seguintes exigências:

a) *Declaração da ANIP (Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos) da marca cotada;*

2.1 – DA EXIGÊNCIA DE INSCRIÇÃO DO FABRICANTE JUNTO À ANIP.

A exigência de certificado da ANIP – Agência Nacional da Indústria de Pneumáticos, vedando à oferta de produtos importados, ora imposta pela Administração Pública, fere violentamente o princípio constitucional da isonomia.

Como nossa Carta Magna e a própria legislação de licitação prevêm, deve prevalecer a igualdade entre os licitantes, sendo que somente é possível estabelecer-se restrições ou vedações no que concerne a algum aspecto que seja pertinente ao objeto do contrato. Prescreve a Constituição Federal:

Art. 37 A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e também ao seguinte:**

(...)

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, **as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual **somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**(...)

(Grifo Nosso)

Ainda, a qualificação exigida para fins de habilitação deve ser somente aquela indispensável e suficiente para garantir a regular execução do objeto contratado. É isso que estabelece a parte final do inc. XXI do art. 37 da Constituição Federal, além do mais, **os requisitos de qualificação técnica** exigidos dos proponentes **devem ser justificados pela área técnica, a fim de garantir a lisura de tal expediente**, uma vez que as condições a serem exigidas **podem restringir competitividade da licitação**, assim se no processo administrativo inexistir a devida justificativa da razão para a exigência, tal edital deverá ser apresentado ao Tribunal de Contas competente; abaixo segue um TCU para arrimar o pleito da licitante: **TCU – Acórdão 1580/2005 – 1ª Câmara – “Observe o § 1º, inciso I, do art. 3º da Lei 8.666/1993, de forma a adequadamente justificar a inclusão de cláusulas editalícias que possam restringir o universo de licitantes”.**

Assim, as exigências de apresentar **Certificado da ANIP é TOTALMENTE ILEGAL**, pois não têm amparo na Lei de Licitações ou em qualquer outro dispositivo legal. Observe-se que é lícito ao Administrador público **exigir apenas e tão somente os documentos arrolados entre o art. 28 e 31, nunca extrapolando tal lista exaustiva.**

A Lei 8.666/93 (artigos 27 e seguintes) limita os documentos exigíveis, nos quais não se inclui o requisito malsinado. Ademais, a Súmula nº 15 do Tribunal diz que, em procedimento licitatório, **é vedada a exigência** de qualquer documento que **configure compromisso de terceiros alheio à disputa**, e a Súmula nº 17 **proíbe que se exijam, para fins de habilitação, certificações de qualidade ou quaisquer outras não previstas em Lei.**

Segundo defende o notável mestre **Celso Antônio Bandeira de Melo** em sua obra “Curso de Direito Administrativo”, 6ª edição, capítulo IX, página 296:

“(…) O princípio da igualdade implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame, mas também o de ensejar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia. É o que prevê o já referido art. 37, XXI, do texto constitucional. Aliás, o § 1º do art. 3º da Lei 8.666 **proíbe que o ato convocatório do certame admita, preveja, inclua ou tolere cláusulas ou condições capazes de frustrar ou restringir o caráter competitivo do processo licitatório e veda o estabelecimento de preferências em razão da naturalidade, sede ou domicílio dos licitantes, bem como de empresas brasileiras ou estrangeiras ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o objeto do contrato.**”

(Grifo Nosso)

Também o renomado mestre Marçal Justen Filho, ensina que:

“O edital deverá subordinar-se aos preceitos constitucionais e legais. Não poderá conter proibição ou exigências que eliminem o exercício do direito de licitar, importem distinções indevidas ou acarretem preferências arbitrárias.(...)” (Grifo Nosso)

(“Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos”, 5ª edição, pg. 380)

Na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 diz: - No Art. 3.º § 1.º

É vedado aos agentes públicos:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam,... e estabeleçam preferências... ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

No que se refere à exigência de Certificação da ANIP, **a qual, fundada em 1960, congrega todos os fabricantes de pneumáticos e câmaras de ar no território nacional, conforme publicado no próprio site da Associação**, limitando dessa forma aos produtos de fabricação nacional, sendo portanto **exigência totalmente direcionada e ilegal**, que fere violentamente o princípio constitucional da isonomia



Ademais, cumpre ressaltar que a **ANIP é uma “ASSOCIAÇÃO”, da qual participam pessoas jurídicas que compartilhem de ideais e objetivos semelhantes, e não um ÓRGÃO CREDENCIADOR e obrigatório, como é o caso do INMETRO, por exemplo.**

Dessarte, vê-se que a vedação imposta pela carta licitatória em apreço se contrapõe veementemente à legislação, pois impede a participação de empresas que, como a ora IMPUGNANTE, têm todas as condições para participar do processo licitatório.

Importante que fique claro, especialmente no que se refere aos pneus, a competência da Administração para exigir dos Licitantes interessados, o necessário enquadramento dos itens de pneus nas normas técnicas brasileiras, conferindo no ato do recebimento dos materiais, a existência do selo de qualidade e de conformidade concedido pelo INMETRO, órgão competente para estabelecer o indispensável conceito de avaliação da segurança e da qualidade dos itens de pneus, em especial. Devem atender o Regulamento Técnico RTQ 41 de avaliação do IQA – Instituto de Qualidade Automotiva, a Portaria INMETRO nº 5, de 14 de janeiro de 2000 e a Norma INMETRO nº NIE-DQUAL-044, de julho de 2000, ***excetuando-se dessa exigibilidade, é claro, aqueles pneus do tipo militar, os de uso fora de estrada, os industriais e os agrícolas, que não são alcançados pela Norma INMETRO, assim como câmaras de ar e protetores de câmaras (ver Normas citadas).***

Cabe também ressaltar, por oportuno, que a Impugnante oferece garantia de até 05 (cinco) anos para seus produtos, atendendo a Legislação vigente e ao Código de Defesa do Consumidor, onde couber. Da mesma forma, os revendedores e distribuidores de artefatos de borracha como câmaras de ar e protetores de aro, normalmente oferecem para o mercado a garantia de até 3 (três) anos para itens como câmaras de ar e protetores de aro, isso independente de serem de procedência nacional ou de importação.

Nossos produtos são fornecidos há várias Prefeituras do país sem que haja quaisquer problemas com a qualidade dos mesmos. Caso Vossa Senhoria queira certificar-se da qualidade dos produtos fornecidos pela ora Impugnante, basta que entre em contato com cidades como Sananduva/RS, Erechim/RS, Ponta Grossa/PR, Telêmaco Borba/PR, Curitiba/PR, Cascavel/PR, Foz do Iguaçu/PR, somente para citarmos algumas dentre muitas outras cidades do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Distrito Federal, entre outros.

De fato, se o produto é de procedência nacional ou estrangeira em nada interfere, devendo se classificar no processo licitatório a empresa que venha a oferecer o objeto com melhor preço do certame, com as garantias necessárias, que observe a especificação editalícia com qualidade e atenda integralmente às normas técnicas brasileiras vigentes, tudo de modo a alcançar os justos interesses da Municipalidade.

Assim, resta demonstrado que a Administração incluiu, tolerou e restringiu condições capazes de frustrar o processo licitatório e o caráter competitivo do mesmo.

4 - DO PEDIDO

ANTE AO EXPOSTO, em respeito ao princípio constitucional da isonomia e economicidade bem como à legislação complementar já referida, pede que Vossa Senhoria se digne rever os Atos desta Administração como possibilita a Lei, e por justiça:

a) exclua do texto editalício em questão, a exigências viciadas nos itens citados, como restaram contidas no edital, que nitidamente frustram o caráter competitivo do certame;

b) permita a ampliação da disputa e a participação de empresas que comprovadamente reúnam condições para licitar e contratar com a administração pública, observadas as questões de garantias, de especificação e de qualidade, bem como todas as normas técnicas brasileiras vigentes.



COMERCIO DE PEÇAS PARA VEICULOS LTDA

CNPJ 06.889.977/0001-98

c) Determine que nas futuras licitações, para efeito de habilitação dos interessados, abstenha-se de fazer exigências que excedam aos limites fixados nos artigos. 27 a 33 da Lei nº 8.666, de 1993.

d) Supletivamente, sendo necessário, sejam encaminhadas as anexas razões à apreciação da autoridade superior, forte no que dispõe o art. 109 da Lei 8.666/93, para que analise e decida em última instância, no intuito de reformar a regra ora impugnada.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Vassieli R. Decesaro

OAB/SC 33495

Concórdia/SC, 15 de setembro de 2014.

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE(S)

RODA BRASIL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 06.889.977/0001-98, sediada na Rua Tancredo de Almeida Neves, n. 5056, Bairro São Cristóvão, Concórdia/SC, CEP 89700-000, neste ato representado por seus sócios-proprietários, Sr. **CLAUDINEI AMÉRICO TONIELLO**, brasileiro, casado, gerente, portador do RG n. 1.144.072-4 e CPF n. 681.989-34, residente e domiciliado na Rua Antonio Mores, 101, Bairro São Cristóvão, Concórdia/SC, CEP 89700-000 e Sr. **ADRIANO TONIELLO**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n. 3.572.030 e CPF n. 017.147.719-70, residente e domiciliado na Rua Colibris, n., Loteamento Albiero, Concórdia/SC, CEP 89700-000.

OUTORGADO(S)

Vassieli Roberta Decesaro, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SC sob o nº 33495, CPF 002.384.710-71 e **GUSTAVO RENI VENDRUSCOLO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SC sob o nº 33.568, CPF nº 068.834.079-28, ambos com endereço profissional à Rua Tancredo de Almeida Neves, n. 5056, Bairro São Cristóvão, Concórdia/SC, CEP 89700-000, e-mail: juridico@rodabrasildistribuidora.com.br.

PODERES

Amplos, gerais e ilimitados para o foro em geral em qualquer juízo, instância ou tribunal, qualquer instituição seja municipal (Prefeituras, Secretarias, etc), estadual (Coletoria, Secretarias, Junta Comercial, etc) ou federal (Secretaria da Receita Federal, etc), inclusive junto a Ordem dos Advogados do Brasil, Polícia Civil, Polícia Militar, Forças Armadas, Ministério Público, e defendê-los nas ações contra eles propostas e promover quaisquer medidas preliminares, preventivas, cautelares ou assecuratórias de seus direitos e interesses, para o que lhes confere os poderes *ad judicium*, e com poderes especiais para acordar, discordar, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber valores, levantar valores, reter valores até o limite dos honorários contratados, dar quitação, firmar compromisso, reconvir, arguir exceções de incompetência, litispendência, coisa julgada e suspeição, prestar compromisso de inventariante, obrigando-se o(s) Outorgante(s) a pagar(em) ao referido advogado pelos serviços prestados, os honorários profissionais de acordo com a tabela da Ordem dos Advogados do Brasil, na falta de outro contrato estipulando bases diversas e, enfim, praticar todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de iguais poderes, ou ainda, renunciar ao mandato. Este documento é válido por 3 (três) anos.

Concórdia/SC, 11 de agosto de 2014.



RODA BRASIL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA

CNPJ 06.889.977/0001-98

Adriano Toniello

Sócio Administrador

CPF 017.417.079-70